

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 539 - Brasília, terça-feira, 9 de setembro de 1997

## ACM defende fim do IPC e de privilégios em fundos de estatais

*Não só os parlamentares, mas também os funcionários de empresas públicas com regimes especiais de contribuição e benefícios foram citados na entrevista do presidente do Senado, que não admite distinções entre servidores da União*

### HOMENAGEM AO PRESIDENTE JORGE SAMPAIO



*Recebido ao pé da rampa do Congresso, o presidente de Portugal foi homenageado em sessão solene que teve como tônica os votos de relações sempre melhores entre os dois países. Para o plenário repleto, Antonio Carlos Magalhães disse que "a amizade e a inteligência" são maiores que os problemas.*

*Lúcio Alcântara, em nome do Senado, defendeu o investimento de ambos os países "em diplomacias amadurecidas e profissionais".* Página 3

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse em entrevista coletiva, ontem, que é favorável ao fim do Instituto de Previdência dos Congressistas, IPC, bem como de todos os sistemas de aposentadoria privilegiada existentes nas empresas estatais. "Acho que chegou a hora de acabar com os privilégios", afirmou Antonio Carlos, que é contra o tratamento da extinção do IPC na Constituição. O líder do governo no Congresso, José Roberto Arruda, concorda com a decisão da CCJ de remeter para a lei complementar a definição sobre o instituto, e Edison Lobão lembra que o IPC é uma previdência privada como as outras, "não um benefício".

Página 5

NESTA  
EDIÇÃO

**Marina:  
FHC deve  
ouvir os  
excluídos**

Página 7

**"Guerra  
fiscal"**

A disputa dos estados para atrair empresas, a matriz energética e a exploração do trabalho infantil são temas de hoje nas comissões.

Página 2





Melo: pressa em desapropriar



Vieira: descentralizar a reforma

## Plenário aprecia projetos sobre reforma agrária

Na sessão deliberativa de hoje do Senado serão proferidos os pareceres das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE) sobre o projeto de

lei do senador Flaviano Melo (PMDB-AC) que objetiva apressar as desapropriações para reforma agrária, e o do senador José Eduardo Vieira (PTB-PR), que dispõe sobre a partici-

pação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios na implantação da reforma agrária. Se aprovados os pareceres, os projetos deverão ser votados amanhã.

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

**Senador Antonio Carlos Magalhães**

- 10h** - Despacho interno  
**11h** - Recebe o governador do Tocantins, José Wilson Siqueira Campos  
**11h30** - Recebe o senador Lúdio Coelho, acompanhado do coordenador regional do Movimento Nacional dos Produtores Rurais  
**15h** - Recebe Paula Lavigne  
**15h30** - Sessão Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal  
**17h30** - Recebe o ex-governador de Mato Grosso do Sul, Pedro Pedrossian

### PLENÁRIO

- 14h30 - Sessão Deliberativa do Senado**  
 Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 41/96 (tramitando em conjunto com o PLS nº 133/96), que introduz alterações na Lei nº 8.629/93 (regulamentação de dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária); "PLS nº 133/96 (tramitando em conjunto com o PLS nº 41/96), que dispõe sobre a participação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios na implantação da reforma agrária; discussão em turno único do "PLC nº 47/94, que dispõe sobre o exercício profissional do técnico de segurança patrimonial; e "PLC nº 140/94, que regulamenta a profissão de arqueólogo.

### COMISSÕES

- 10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura**  
 Pauta: Audiência pública com o ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, acompanhado dos presidentes da Eletrobrás e da Eletronorte, Firmino Ferreira Neto e José Muniz Lopes, respectivamente, a fim de prestar informações sobre a matriz energética brasileira. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa  
**17h - CPI do Trabalho Infantil**  
 Pauta: Exposição do coordenador do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério da Justiça, Charles Roberto Pranke. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa  
**17h - Comissão de Assuntos Econômicos**  
 Subcomissão Destinada a Examinar a Política de Incentivos Oferecidos às Empresas pelos Governos Estaduais  
 Pauta: Audiência pública sobre "guerra fiscal" com a presença do presidente do Ipea, Fernando Antônio Rezende da Silva. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

### PREVISÃO DE TRABALHOS

### PLENÁRIO

- Quarta-feira (10.09.97)**  
**14h30 - Sessão Deliberativa do Senado**  
 Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "Votação em primeiro turno da "PEC nº 33/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 14/96), que modifica o sistema de Previdência Social e estabelece normas de transição; e "PEC nº 14/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 33/96), que modifica o sistema de Previdência Social instituindo o regime básico unificado, dispõe sobre regime complementar público e privado e estabelece normas de transição no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.  
**Quinta-feira (11.09.97)**  
**14h30 - Sessão Deliberativa do Senado**  
 Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Discussão em turno único do "PLC nº 89/92, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industria-

lizados e do Imposto de Importação relativamente a equipamentos e material educativo adquiridos por pessoa portadora de deficiência.

**Sexta-feira (12.09.97)**  
**9h - Sessão Não Deliberativa do Senado**

### COMISSÕES

- Quarta-feira (10.09.97)**  
**10h - Comissão de Assuntos Sociais**  
 Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 66/96 (terminativo), que dispõe sobre a utilização, pelos usuários, das portas dianteira e traseira dos ônibus urbanos; "PLS nº 32/97 (terminativo), que dispõe sobre o tratamento medicamentoso da dor em pacientes portadores de neoplasias comprovadas, por meio de entorpecentes; e "PLS nº 83/95 (terminativo), que dispõe sobre o enquadramento dos juizes classistas temporários, como segurados, no regime geral da Previdência Social. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

**10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**

- Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 12/91, que cria o Conselho Nacional de Justiça; "PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; "PEC nº 6/96, que torna o voto facultativo; "PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do art. 199 da Constituição federal, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; "PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; e "PEC nº 12/96, que cria Tribunais Regionais Federais. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

### ESPECIAL

- 12h - Coordenação de Relações Públicas do Senado Federal**  
 Pauta: Estréia, amanhã, do Projeto Cultura ao Meio-Dia - Cinema, com a projeção do filme *Tieta do Agreste*, de Cacá Diegues. Auditório Petrônio Portella  
**Quinta-feira (11.09.97)**  
**17h30 - Comissão de Assuntos Econômicos**  
 Pauta: Apreciação do "Ofício "S" nº 54/97 (não terminativo), que encaminha ao Senado Federal solicitação do governo do estado do Rio Grande do Sul para que possa realizar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal - CEF, no valor de R\$ 4,98 milhões, cujos recursos serão destinados à assunção de parte dos custos de infra-estrutura dos núcleos Morgado Rosa e Ferronato, em Bagé - RS; "PLS nº 212/95 (terminativo), que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos; "PLS nº 46/96-Complementar (não terminativo), que autoriza o Banco do Brasil a vender parte das reservas internacionais e os bancos brasileiros a realizarem empréstimos em moeda estrangeira; "PLS nº 122/96 (terminativo), que dispõe sobre a compensação do imposto sobre a Propriedade Territorial Rural pago em excesso com impostos federais; "PLS nº 313/95 (terminativo), que regulamenta o uso da língua vernácula, para denominações de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços e dos seus produtos e dos respectivos manuais de instruções, guias de informações, mapas, cartas, folhetos, letreiros, painéis e toda e qualquer modalidade de informação destinada ao consumidor brasileiro; e "PLS nº 30/96 (terminativo), que dispõe sobre a aplicação das reservas cambiais. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

## Matriz energética em debate hoje

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), reúne-se hoje, às 10h, em audiência pública que contará com a presença do ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, acompanhado dos presidentes da Eletrobrás e da Eletronorte, Firmino Ferreira Neto e José Muniz Lopes, respectivamente, que deverão prestar esclarecimentos sobre a matriz energética brasileira.

Também a subcomissão da Comissão de Assuntos Econômicos que examina a política

de incentivos oferecidos às empresas pelos governos estaduais realiza hoje, às 17h, audiência pública com a participação do presidente do Ipea, Fernando Antônio Rezende da Silva, e de outros pesquisadores do órgão.

A CPI do Trabalho Infantil, presidida pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) reúne-se a partir das 17h, quando ouvirá exposição do coordenador do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério da Justiça, Charles Roberto Pranke.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Antonio Carlos Magalhães  
**1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo  
**2º Vice-Presidente:** Júlia Marisa  
**1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima  
**2º Secretário:** Carlos Patrocínio  
**3º Secretário:** Flaviano Melo  
**4º Secretário:** Lucídio Portella  
**Suplentes de Secretário:** Emilia Fernandes - Lúdio Coelho  
 Joel de Holanda - Marluce Pinto

**Diretor-Geral do Senado:** Aciuel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

**Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita**  
**Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios**  
**Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos**  
**Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade**  
**Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso**  
**Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda**  
**Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Roosevelt Pinheiro**  
**Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro**  
**Endereço - Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF**

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

*O presidente de Portugal ressalta, em seu discurso, que a legislação de enquadramento das comunidades residentes consagra, nos dois países, número significativo de direitos*

## Sampaio prega mais integração e visão além das circunstâncias

Homenageado em sessão solene no Congresso Nacional ontem, o presidente português, Jorge Sampaio, disse ontem que "a expressão da vontade de Portugal é estreitar, em novos moldes, as relações com o Brasil". Em sua opinião, a legislação de enquadramento das comunidades residentes já consagra, nos dois países, um número significativo de direitos.

- É desejável que essa legislação esteja em permanente evolução e aperfeiçoamento, considerando, naturalmente, o já vigente princípio de reciprocidade. Não é um caminho fácil, mas o que importa é o sentido em que se caminha. Sei que todas as autoridades brasileiras e por-



Sampaio discursa na sessão solene, ao lado de ACM e de Michel Temer

tuguesas, com elevado e necessário sentido de ponderação, serão capazes de olhar para além das circunstâncias e defender sempre o interesse estratégico do relaciona-

mento entre Brasil e Portugal - afirmou.

Segundo Jorge Sampaio, o motivo da união dos dois países, como também a garantia de sua continuidade, não são

devidos a um determinismo histórico, "mas à força, conscientemente assumida, da importância política, econômica e cultural das nossas relações bilaterais".

### José Lourenço lembra síntese de etnias que forja o Brasil

Em nome da Câmara, o deputado José Lourenço disse na sessão solene que a maior das riquezas da colonização portuguesa no Brasil foi a "síntese de culturas e etnias, que se fundem e misturam sem conflito, tendo por base de sustentação uma das línguas mais ricas do planeta, enraizada no latim e marcada fortemente pela civilização árabe".

- O brasileiro e o português completam-se naturalmente neste país imenso e em sua civilização, que é o resultado natural de um caldeamento dos indígenas, que aqui viviam, com os portugueses, os africanos e, posteriormente, outros imigrantes provindos dos quatro cantos do mundo - afirmou.

José Lourenço, nascido em Portugal, salientou ainda que, como todos os lusitanos, luta pelo reconhecimento e pela independência do Timor Leste, ocupado pela Indonésia.

## ACM sobrepõe a inteligência aos problemas eventuais

Em sua saudação ao presidente português, ao final da sessão solene do Congresso Nacional, o presidente do Legislativo brasileiro, senador Antonio Carlos Magalhães, manifestou ontem sua convicção de que "a amizade e a inteligência presentes nas relações entre Brasil e Portugal são muito maiores que os eventuais problemas entre os dois países e haverão de superá-los".

O senador destacou sua esperança de que nas comemorações conjuntas dos 500 anos do descobrimento do Brasil pelos navegadores portugueses, dentro de três anos, as dificuldades tenham sido superadas e um novo ciclo de relações, ainda maiores e mais intensas, se consolide entre os dois países.

Antonio Carlos Maga-

lhães lembrou que o presidente Jorge Sampaio dá continuidade, em suas preocupações de aprofundar as relações de amizade e fraternidade entre portugueses e brasileiros, ao trabalho desenvolvido por seu antecessor, Mário Soares. Ele ga-

*Antonio Carlos disse ao homenageado que falava como oriundo da Bahia, a mais portuguesa das terras brasileiras*

rantiu que os compromissos de governantes como o presidente Fernando Henrique Cardoso e o primeiro-ministro português Antonio Guterres, juntamente com os parlamentares de ambos os países, na defesa da democracia e promoção do desenvolvimento comum, resultarão na solução dos problemas bilaterais e no aprofundamento das relações entre os dois países.

- Estou convencido de que temos deveres para com nossos países, com nossas culturas, mas temos uma união política que é indispensável - afirmou Antonio Carlos Magalhães, que se declarou satisfeito com as perspectivas que o discurso do presidente português abre quanto ao relacionamento entre as duas nações.

O presidente do Congresso Nacional fez questão de ressaltar que falava como homem público oriundo da Bahia - "a mais portuguesa das terras brasileiras" - e cidadão consciente das profundas raízes culturais que unem os brasileiros e portugueses, citando inúmeros escritores contemporâneos e do passado para atestar esse intercâmbio e essa integração.



Alcântara: novo ciclo de relações

### Alcântara pede diplomacias profissionais de ambos os lados

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que discursou em nome do Senado na homenagem ao presidente Jorge Sampaio, disse que Brasil e Portugal devem lutar por uma maior integração entre os dois países e, para isso, investir em diplomacias amadurecidas e profissionais.

Na opinião do senador, o momento é favorável a um novo e positivo ciclo de relações entre os dois países, que já incluem esse objetivo entre as metas de governo. Essa determinação, a seu ver, torna animadoras as possibilidades de cooperação em pesquisas e tecnologias e de formação de parcerias tanto nos setores públicos quanto privados.

- Quero que brasileiros e portugueses desfrutem um número crescente de direitos e oportunidades para se integrarem plenamente na sociedade que livremente escolherem viver - disse o senador. A seu ver, o fato de Portugal e o Brasil estarem incluídos em mercados regionais diferentes deve ser um estímulo à cooperação binacional.

Conforme Lúcio Alcântara, "há um destino a ser compartilhado entre Portugal e Brasil, valor a ser preservado e a ser multiplicado no bojo da inovadora experiência da globalização".

Alcântara abordou a questão do Timor Leste, ressaltando a responsabilidade de Portugal na luta pela autonomia daquele país. E destacou o apoio de Portugal à entrada do Brasil no conselho permanente da ONU.

Presidente do Senado afirma que "o Brasil não é o verdadeiro beneficiário do Mercosul" e defende que "alguma coisa deve ser feita" quanto ao comércio com a Argentina

## "Guerra do açúcar" exige firmeza, diz ACM

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que o governo deveria adotar uma posição mais firme em relação à "guerra do açúcar", porque "não é a primeira vez que acontece a discriminação contra produtos brasileiros".

O senador acha que o episódio não chega a caracterizar um confronto entre o Brasil e a Argentina, mas reiterou que "alguma coisa deve ser feita", não descartando até a adoção de represálias cabíveis. Ele não comentou diretamente os termos da proposta do deputado Paulo Bornhausen, mas disse que essa iniciativa - "ou algo parecido" - poderá ser a solução.

Instado pela imprensa a

aprofundar suas declarações, o presidente do Senado disse: "Vou resumir tudo sobre este assunto dizendo o seguinte: o Brasil não é o verdadeiro beneficiário do Mercosul".

Antonio Carlos Magalhães assinalou que não cabe ao Legislativo tomar

iniciativa em relação ao ocorrido, ressaltando que quem deve agir é o governo, através do Ministério da Indústria e do Comércio e do Itamaraty.

### FHC X ESQUERDA

Indagado sobre as declarações do presidente da República sobre a esquerda

brasileira, o senador afirmou: "O presidente fala com autoridade maior do que a de qualquer outra pessoa, porque ele conhece bem o assunto, fala com conhecimento de causa. Se ele disse isso, tem suas razões. Acho que ele deve estar certo".

## Senado vota lei eleitoral até dia 20

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, previu ontem a conclusão do processo de votação da lei eleitoral pelo plenário da Casa até o dia 20 deste mês, e reiterou sua posição "radicalmente contra" o financiamento público das campanhas eleitorais e pela manutenção do sistema atual de contagem dos votos em branco para apuração da representatividade das leges.

- É uma imoralidade muito grande o financiamento público de campanhas políticas. Acho que o povo não quer isto. O povo quer o dinheiro público para escolas, hospitais e segurança - disse.

Para Antonio Carlos, será impossível evitar burlas ao sistema de financiamento público. Além disso, não haveria como impedir que o financiamento privado ocorresse, simultaneamente ao oficial.

Quanto às perspectivas da votação da lei eleitoral no Senado, Antonio Carlos considerou difícil que a bancada do PMDB mantenha posição única sobre este assunto. Há previsão de encerramento da tramitação no dia 20, de forma a permitir o espaço de uma semana para a revisão pela Câmara, e mais quatro ou cinco dias para que o presidente da República exerça seu direito de veto.



Parga: Maranhão de luto

## Pesar pela morte de Mourão Bogéa

O plenário do Senado aprovou ontem requerimento dos senadores Bello Parga (PFL-MA) e Edison Lobão (PFL-MA) para registro em ata de voto de pesar e apresentação de condolências à família, ao Maranhão, à Academia Maranhense de Letras e ao Instituto Histórico e Geográfico do estado pela morte do ex-deputado federal Antenor Mourão Bogéa.

Ao justificar o requerimento, o senador Bello Parga disse que o homenageado foi o mais culto, inteligente e correto advogado maranhense, tendo exercido a profissão com grandeza e profundo conhecimento do Direito. "O Brasil e o Maranhão estão de luto com o desaparecimento de um dos homens mais ilustres deste século", disse ele.

Bello Parga também afirmou que Antenor Mourão Bogéa era o último constitucionalista remanescente da Assembléia de 1946 e descendia dos "verdadeiros heróis" que construíram seu estado. "Foi um homem que mereceu o respeito dos alunos e confrades, e é lamentável que existam poucos que sirvam de paradigma e exemplo como ele", salientou.

## Francelino quer apoio para Vale do Jequitinhonha

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) afirmou ontem que confia no apoio dos deputados federais de todos os partidos ao projeto da senadora Júnia Marise (PDT-MG) que prevê a inclusão do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, na área de atuação da Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste).

Ele informou que é grande a expectativa dos mineiros em relação à proposta, que deverá ser apreciada amanhã pela Câmara dos Deputados. O projeto já foi aprovado pelo Senado Federal.

Ex-governador de Minas Gerais, Francelino Pereira disse que a si-



Francelino: seca é a mesma situação do Vale do Jequitinhonha "se identifica plenamente com os problemas da seca" no Nordeste do Brasil.

Por isso, Francelino considera importante que a Sudene estenda sua atuação àquela região mineira.

## Gilvam sugere que Capiberibe renuncie

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) sugeriu ontem a renúncia do governador do Amapá, João Alberto Capiberibe, que, conforme argumentou, é um dos responsáveis pelas irregularidades que teriam resultado no prejuízo estimado em R\$ 6,58 bilhões ao Banco do Estado do Amapá (Banap).

- Não há como eximir de responsabilidade a figura do governador - afirmou Gilvam Borges.

Para o senador, "mesmo havendo dúvidas sobre participação direta nessas negociações fraudulentas, a culpa do governador persiste por ter escolhido mal a administração do banco estadual".

Observando que a má gestão na instituição não é recente, Gilvam Borges lembrou que o Banap já havia registrado, no ano passado, um patrimônio líquido negativo equivalente a R\$ 7,5 milhões.

Gilvam Borges apresentou



Gilvam: culpa é do governador requerimento à Comissão de Fiscalização e Controle do Senado para que solicite ao Tribunal de Contas da União a criação de uma comissão de auditoria para acompanhar e dar agilidade às investigações sobre o Banap, que estão sendo feitas pelo Banco Central.

### COBRANÇA

Em aparte, o senador Romero Jucá (PFL-RR) reforçou a necessidade de cobrar a responsabilidade dos envolvidos no caso, e lembrou que o Banco de Roraima também está enfrentando problemas de má administração.



Antonio Carlos considerou absurdo tratar do IPC na Constituição

*Aposentadorias privilegiadas, sejam no Congresso Nacional, sejam nas estatais, foram condenadas por Antonio Carlos Magalhães*

## Presidente do Senado defende o fim do IPC

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu ontem a extinção do IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas) e também de todos os sistemas de aposentadoria privilegiada existentes nas estatais. Ele disse que a solução deverá ser adotada através de legislação ordinária.

- Na minha opinião, o IPC deve ser extinto, resguardados os direitos daqueles que vêm contribuindo ao longo dos anos. Acho que chegou a hora de acabar com os privilégios, seja para o Congresso, seja para qualquer órgão estatal que tenha aposentadoria diferente dos demais funcionários públicos da União - afir-

mou.

O senador considerou satisfatória a fórmula contida no projeto de extinção do IPC em tramitação na Câmara, mas rejeitou o tratamento do assunto na Constituição.

- É um absurdo. O IPC não pode entrar na Constituição, seja para manutenção ou para extinção - disse.

## Arruda concorda: ou a extinção, ou sujeição à lei

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) concordou com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que remeteu para a lei complementar a definição sobre o IPC (Instituto de Previdência dos Congressistas). Ele explicou que, se o instituto não faz parte do texto constitucional, não se justifica que sua eventual extinção conste da Constituição. Mas, por outro lado, considerou inadmissível uma decisão do Senado sobre o IPC, aplaudindo por isso a decisão do colégio de líderes de dar urgência à tramitação dessa matéria.

Arruda esclareceu que as opiniões que manifestou em entrevista a uma emissora de televisão, na quinta-feira passada, são pessoais, e afirmou que, depois de conversar com o senador Elcio Alvares (PFL-ES), compreendeu perfeitamente a decisão da CCJ



Arruda: mandato não é profissão

de sujeitar à legislação complementar o disciplinamento do IPC. Mas afirmou que esse instituto deve extinguir-se ou sujeitar-se às normas previstas para os outros sistemas previdenciários.

- O IPC pode até existir, desde que submetido às regras dos outros sistemas. O que se condena é que exista com regras privilegiadas - assinalou.

José Roberto Arruda sustentou o direito de o parlamentar poder optar pelo sistema previdenciário a que estava vinculado antes da eleição. "O parlamentar deve ter o direito de optar pelo sistema previdenciário anterior. Eu, pessoalmente, prefiro recolher na minha profissão", garantiu. Conforme o senador, "mandato não é profissão" e, como engenheiro, é nessa atividade que deseja se aposentar.

O senador anunciou que, no momento em que o Legislativo tratar da lei complementar destinada ao disciplinamento da matéria, pretende reapresentar emenda que permite a opção do parlamentar por outro sistema previdenciário. E deixou claro que, na entrevista concedida à televisão, apenas defendeu sua emenda, porque, como o estúdio estava sem retorno, sequer ouviu os comentários que antecederam a sua entrevista.

## É apenas previdência complementar, diz Lobão

Para o senador Edison Lobão (PFL-MA), o IPC é previdência complementar, e não benefício do poder público a parlamentares. "Comete-se um grande equívoco nisso. O IPC é também dos funcionários da Câmara e do Senado, mas isso é sempre omitido", esclareceu.

Lobão explicou que o parlamentar só começa a ter direito proporcional a seus benefícios depois de oito anos de contribuição, desde que tenha completado 50 anos. E disse que a refor-



Lobão: há um grande equívoco na da Previdência não pretende manter o IPC intacto, mas deixar seu disciplinamento para lei complementar.

### TV SENADO HOJE

**7h** - Entrevista com o senador Otoniel Machado sobre a lei eleitoral e sobre a proposta de prorrogar a cobrança da CPMF

**8h** - Debate sobre a "Lei de Imprensa" com o senador José Fogaça, relator do projeto, e Américo Antunes, presidente da Fenaj

**9h30** - Entrevista com o senador Otoniel Machado (reapresentação)

**10h** - Comissão de Infra-Estrutura (transmissão ao vivo da audiência pública com o ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, acompanhado dos presidentes da Eletrobrás, Firmo Ferreira Neto, e da Eletronorte, José Muniz Lopes, para prestarem informações sobre a matriz energética brasileira

**14h30** - Sessão plenária ao vivo

**Em seguida** - Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos com a subcomissão que examina a política de incentivos oferecidos às empresas pelos governos estaduais. Na pauta: audiência pública com o presidente do Ipea, Fernando Antônio Rezende da Silva

**20h30** - Sessão plenária (reapresentação)

### RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

**7h30** - "Jornal do Senado" (1ª edição)

**7h40** - Música e informação

**10h** - Reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Pauta: exposição do ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, e dos presidentes da Eletrobrás e da Eletronorte a respeito da matriz energética brasileira

**Em seguida** - Música e informação

**13h30** - "Jornal do Senado" (2ª edição)

**13h45** - Música e informação

**14h15** - "Plenário em Revista"

**14h30** - Sessão plenária

**Em seguida** - Música e informação

**19h** - "A Voz do Brasil"

**22h30** - "Jornal do Senado" (3ª edição)

**22h45** - Música e informação

**0h** - Retransmissão da sessão plenária

**2h** - Música e informação até as 7h30

Um mês atrás, quando houve a crise das polícias militares, o senador propunha órgão para acabar com a violência policial

## Valmir aplaude criação da Secretaria de Segurança

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) elogiou ontem a decisão do governo de criar a Secretaria Nacional de Segurança Pública, que terá a função de elaborar e assessorar o ministro da Justiça na execução de uma política de âmbito nacional.

Ele lembrou que havia defendido em pronunciamento há um mês, no auge das rebeliões de policiais militares, a constituição de um órgão destinado a empreender "esforços possíveis e impossíveis para acabar com a maior das aberrações existentes no seio dos nossos órgãos de segurança: a violência policial". A criação da nova secretaria representa, para o senador, um passo decisivo no sen-



Valmir: elogios ao governo e expectativa por menina seqüestrada

tido de reestruturar e modernizar "o anacrônico e contaminado aparelho policial brasileiro".

Entre as funções da nova secretaria, Valmir Campelo destacou a de implementar programas de formação profissional, ampliar os sistemas de informações sobre justiça e segurança, além de realizar estudos que consolidem as estatísticas nacionais de crimes, trânsito e entor-

pecentes.

Ele recebeu aparte do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que classificou a segurança pública como o principal problema do país. Em resposta, Valmir chamou a atenção para a violência no Distrito Federal e fez votos de que a filha do empresário e deputado distrital Luís Estêvão - Cleucy, 12 anos -, seqüestrada há quatro dias, "volte para casa sã e salva".

## Aprovada na CAS, ajuda a seringueiro já está na Câmara

Já foi enviado à Câmara dos Deputados projeto de lei do senador Nabor Júnior (PMDB-AC) concedendo seguro-desemprego ao seringueiro profissional durante o período em que for impraticável, desaconselhável ou improdutivo a exploração do látex. A matéria foi aprovada, terminativamente, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e não houve recurso para sua apreciação no plenário.

Pela proposição, o seringueiro que exercer sua atividade de forma contínua, individualmente ou em regime de economia familiar, sem contratação de terceiros, receberá um salário mínimo mensal durante o tempo em que estiver impedido de trabalhar. O benefício será pago à conta do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o período de concessão será



Nabor: defesa dos seringueiros definido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

O projeto estabelece que, para recebimento do seguro, o seringueiro deverá apresentar ao órgão responsável pelo pagamento a prova de registro como profissional junto ao Ibama há, no mínimo, três anos, e atestado do Conselho Nacional dos Seringueiros comprovando que não possui renda familiar superior a um salário mínimo mensal.

## Júlio Campos: Malan deve rever horário dos bancos

O senador Júlio Campos (PFL-MT) dirigiu apelo ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, e aos membros do Conselho Monetário Nacional para que revejam a resolução que, a partir do dia 1º de setembro, alterou o horário do expediente bancário. Ele disse que as lideranças políticas, empresariais e de trabalhadores de Mato Grosso pedem a revogação da medida adotada pelo Banco Central.

Na opinião do senador, o conselho deverá reconhecer a inoportunidade de execução da medida que, ao estabelecer novo horário de funcionamento das agências bancárias, "contraria os interesses da economia não apenas da cidade de Cuiabá e de Mato Grosso, mas também de todos os estados brasileiros".

- Estou convencido de que

Campos: novo expediente afeta toda a atividade econômica



o ministro Pedro Malan, com a sensibilidade de intelectual e homem público de alta qualidade, terá a grandeza de rever essa norma, que em nada contribui para a melhoria da eficiência de nossa economia - ponderou.

Júlio Campos acrescentou que "a importância econômica e social do sistema bancário nacional não permite que se façam mudanças bruscas no horário de funcionamento sem causar sérios riscos ao comércio, à indústria, à agricultura e

aos serviços".

Ele relacionou, entre as instituições de seu estado que se manifestam contrárias ao novo horário das agências bancárias, a Assembleia Legislativa; Secretaria de Indústria e Comércio de Cuiabá; Federação das Indústrias; Federação do Comércio; Câmara de Dirigentes Lojistas de Cuiabá; Federação dos Trabalhadores na Agricultura; e Sindicato dos Bancários no estado de Mato Grosso.

## Bezerra propõe isenção para moto de competição

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) apresentou projeto de lei que concede isenção de impostos para importação de motocicletas destinadas exclusivamente a treinamento e competições desportivas. Tal medida, se aprovada, vai reduzir o preço do equipamento para os aficionados do motociclismo.

Ele esclarece, na justificativa, que a isenção objetiva incentivar a prática do motociclismo, mas, para evitar desvios ou fraudes na aplicação do benefício tributário, estará condicionada ao reconhecimento pela Receita Federal. A solicitação deverá estar instruída com documento emitido pela Confederação Nacional de Motociclismo.

De acordo com a proposição, estarão isentas de impostos as motocicletas importadas pela Confederação Nacional de Motociclismo, por federação estadual ou por atleta filiado à federação. A isenção se restringe a motocicletas "cuja qualidade do projeto e dos materiais



Bezerra: incentivo a motociclista

empregados e a tecnologia de produção assegure ao atleta ou à equipe níveis máximos de rendimento desportivo ou superiores aos obtidos com o similar nacional, em condições idênticas de utilização".

O projeto estabelece que a exclusão definitiva do crédito tributário se dará apenas cinco anos após o desembarço aduaneiro da motocicleta.

Carlos Bezerra faz uma ressalva em seu projeto, autorizando os ministros da Fazenda, da Educação e do Desporto e o ministro extraordinário dos Esportes a estabelecer outros requisitos para a concessão da isenção.



Romero Jucá aponta desserviço à democracia

## Jucá condena uso de violência pelos membros do MST

O senador Romero Jucá (PFL-RR) lamentou ontem o incidente ocorrido no final de semana no Paraná, onde integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) invadiram uma propriedade e espancaram um fazendeiro. "Violência desse tipo é um desserviço à democracia", disse o senador, afirmando que sempre apoiou os movimentos sociais.

- Os integrantes do MST

não têm o direito de aprisionar pessoas e espancá-las de forma brutal e covarde. Espero que a direção nacional do movimento condene a atitude do MST do Paraná - acrescentou.

Após salientar que sempre foi favorável aos movimentos sociais, Romero Jucá observou que era com tristeza que se reportava às ações do MST, que, a seu ver, "cometeu um tipo de violência que deve ser condenado pela sociedade".

## Senador denuncia irregularidade em RO

O senador Romero Jucá (PFL-RR) afirmou ontem que o governo de Roraima, sem licitação, contratou pelo prazo de cinco anos uma cooperativa, ao preço de R\$ 250 milhões, para implantar o PAS (Programa de Assistência Social). "A situação em Roraima me deixa preocupado, porque o governador Neudo Campos está agindo de forma irregular e arbitrária num plano que já foi condenado pelo Ministério da Saúde", disse.

Conforme Jucá, além de contratar a cooperativa que atendeu a administração da capital paulista, Roraima está implantando o mesmo modelo que não estaria dando certo no município de São Paulo.

- Se não tem dado certo em um município como São Paulo, que é o terceiro PIB do Brasil, não vai dar certo em Roraima, que é um dos PIBs mais baixos do país - disse o senador.

Romero Jucá anunciou que irá ao Ministério da Saúde e ao Ministério Público fazer um relato da situação em Roraima e solicitar providências. Ele anexou ao seu pronunciamento relatório do Conselho Federal de Medicina sobre o PAS em São Paulo.

### DEMISSÃO

Romero Jucá leu ofício a ele encaminhado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Saúde de Roraima (Sintras), segundo o qual "mais de 1.800 servidores estaduais foram demitidos, está instalado o caos na área da saúde e o desespero é muito grande". O senador disse que os servidores públicos federais, por sua vez, foram colocados à disposição da Secretaria de Administração.

- Quero registrar o meu protesto às arbitrariedades praticadas pelo governador de Roraima, e manifestar minha solidariedade aos servidores públicos, que merecem ser tratados com dignidade - frisou.

"É preciso sair do verbo para a ação concreta. É fundamental que o governo federal agilize a reforma agrária como meta prioritária"

## Marina: FHC deve ouvir o "Grito dos Excluídos"

A senadora Marina Silva (PT-AC) afirmou ontem que o presidente Fernando Henrique Cardoso deveria procurar saber quais as contribuições que podem ser dadas ao seu governo pela manifestação "Grito dos Excluídos", ocorrida no domingo em Aparecida (SP) e outras cidades do país.

- O presidente Fernando Henrique disse, em seu discurso em comemoração ao Dia da Pátria, que os excluídos já são objeto de uma mobilização nacional promovida por seu governo, mas é preciso sair do verbo para a ação concreta. É fundamental que o governo federal agilize a reforma agrária como meta prioritária para a inclusão social dos excluídos - acentuou Marina Silva.

Conforme lembrou, o protesto foi organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Movimento

Marina sugere ao presidente ações concretas em favor de excluídos



dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Central de Movimentos Populares, reunindo 150 mil pessoas.

### AMAZÔNIA

Marina reportou-se também à passagem, no último dia 5, do Dia da Amazônia. Segundo ela, o povo "não teve muito o que comemorar; afinal a região ainda precisa de muitas coisas, que devem ser cobradas às autori-

dades". A senadora observou que há um crescimento "exagerado" das cidades na região, como por exemplo no estado do Amazonas, onde mais de 70% da população vive na capital.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) solidarizou-se com o "Grito dos Excluídos", considerando que a manifestação foi "pacífica e democrática".

## Pesquisa atesta crise moral e preocupa Benedita da Silva

"É lamentável que estejamos verificando, no Brasil, uma crise de princípios morais que devem nortear uma sociedade democrática", disse a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) ao comentar o resultado de uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas sobre o conhecimento da população em relação aos direitos sociais, civis e políticos.

A senadora citou dados indicando que 40,4% dos en-

trevistados em oito municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro acham justificável a polícia usar métodos violentos para obter confissão dos suspeitos e que 60,4% consideram que os bandidos não devem ter seus direitos respeitados porque não respeitam os dos outros.

- Na realidade, apesar de reconhecer a violência como algo negativo, a população carioca aceita-a quando ela é

usada para acabar com outro tipo de violência - afirmou.

Benedita da Silva registrou ainda que 95,5% dos entrevistados consideram que o pobre é tratado com maior rigor pela Justiça do que o rico, e 42,4% das pessoas roubadas não procuraram a polícia para dar queixa, alegando que têm medo dela. "Essa realidade nos mostra que as pessoas não acreditam na igualdade perante a lei, nem na segurança pública", salientou.

- São dados estarrecedores que nos levam a refletir sobre a necessidade urgente de repensarmos os direitos humanos e a cidadania no Brasil. Nesse sentido, será realizado nos dias 10 e 11 de setembro, no Rio de Janeiro, o seminário internacional *Justiça e Cidadania*, que será um bom momento para analisar, em profundidade, os dados recolhidos na pesquisa - assinalou.



Benedita da Silva: violência não pode justificar mais violência

Amanhã, às 12h, no Auditório Petrólio Portella, será exibido *Tieta do Agreste*, de Cacá Diegues, com Sônia Braga

## Senado abre espaço para cinema nacional

O Senado Federal dá início amanhã, às 12 horas, no Auditório Petrólio Portella, ao projeto Cultura ao Meio-Dia - Cinema, com a projeção do filme *Tieta do Agreste*, de Cacá Diegues. Iniciativa da Coordenação de Relações Públicas, o projeto está aberto a toda a comunidade - com ingresso grátis - e prevê a apresentação regular de filmes nacionais e estrangeiros, sempre às quartas-feiras, ao meio-dia.

- Inicialmente, vamos privilegiar o cinema brasileiro - informa o diretor de Relações Públicas do Senado, Vinicius Becker, adiantando que a partir do próximo ano deverão ser incluídos na programação filmes de outras nacionalidades.

Baseado no romance de Jorge Amado, o filme de estréia, *Tieta do Agreste*, tem como protagonista Sônia Braga, reunindo no elenco Marília Pera, Chico Anysio, Zezé Motta, Cláudia Abreu e Jece Valadão.

Ainda durante mês de setembro serão exibidos *Ed Mort Procurando o Silva*, de Alan Fresnet, no dia 17, e *Baile Perfumado*, de Paulo Caldas, no dia 24.

Em sua primeira etapa, o projeto Cultura ao Meio-Dia conta com o apoio da Secretaria para Desenvolvimento do Audiovisual e da Funarte, órgãos do Ministério da Cultura, que cederão alguns dos mais recentes e importantes títulos da produção nacional.

## Jefferson vê em funeral de Diana lição de civilidade do povo inglês

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) afirmou ontem em plenário que ficou impressionado com a ordem dos ingleses e o comportamento das instituições britânicas durante o enterro da princesa Diana Spencer. "Mais de 2 milhões de pessoas nas ruas e nada de gritos lancinantes. Nem o mais leve tumulto. Foi uma manifestação impressionante de amadurecimento do povo inglês", constatou.

Jefferson ressaltou "o perfeito funcionamento das instituições" britânicas - o governo, a Casa Real e a Igreja.

Ele destacou ainda o com-



Jefferson: lição de harmonia

portamento do primeiro-ministro Tony Blair, que não fez um discurso político na cerimônia fúnebre e nem citou o nome da princesa, limitando-se a ler o capítulo 13 da Epístola de São

Paulo aos Coríntios, que fala da importância da caridade e da solidariedade. Jefferson Péres leu trechos da Epístola, entre os quais uma crítica aos homens públicos que, "de modo geral, são movidos por interesses pessoais".

Ao final, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, observou que "existem homens públicos bons e maus", e manifestou a certeza de que muitos deles praticam exatamente o que Jefferson Péres pregou ao ler a Epístola de São Paulo.

## Freitas pede verbas para hospital

O senador Freitas Neto (PFL-PI) pediu ontem ao governo federal a destinação de verbas adicionais para a conclusão das obras do hospital da Universidade Federal do Piauí. Conforme o senador, são necessários R\$ 11 milhões para a finalização da obra, além dos R\$ 4,2 milhões já assegurados por convênio com o Ministério da Saúde para a construção do ambulatório do hospital.

Ele destacou ainda a neces-

sidade de uma suplementação orçamentária para cobrir custos de manutenção da universidade, em virtude do esgotamento dos recursos para 1997. Freitas Neto observou que os serviços de vigilância e limpeza das universidades federais foram terceirizados por determinação do Ministério da Educação, mas, no entanto, esse aumento de gastos não foi contabilizado no Orçamento.

Freitas também ressaltou a necessidade imediata da reali-



Educação preocupa Freitas

zação de concursos públicos para a universidade piauiense cobrir vagas abertas com aposentadorias de professores.

## CARTAS

"Senhor Editor:

Nada melhor do que o *Jornal do Senado* para quem quer informação precisa e autêntica sobre o Senado.

Parabéns à equipe do jornal pela transformação do veículo em tabloide, medida que facilitou a leitura."

Gilmar Álvares Fernandes (Francisco Morato-SP)

"Recebemos pelo Sindicato Metabase de Patos de Minas um exemplar do *Jornal do Senado* e achamos que ele é um informativo de grande alcance social."

Associação dos Aposentados e Pensionistas de Patos de Minas (MG)

"Tive a grata satisfação de receber dois exemplares do *Jornal do Senado* e gostaria de continuar recebendo o informativo. Parabéns à equipe do *Jornal do Senado* pela clareza das matérias que sintetizam o trabalho legislativo."

Rogério Chiaroti (Morro Agudo-SP)

"Agradecemos a remessa de exemplares do *Jornal do Senado* e elogiamos as informações contidas no veículo."

Paulo Pimentel - presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Santos (SP)

"O *Jornal do Senado* deveria ser mais incorporado e mais informativo. Sendo um jornal de órgão legislativo, o veículo deveria trazer referências de leis e outros atos, e, também, um índice para facilitar a localização de matérias publicadas em edições anteriores. Assim, o jornal poderia ser arquivado e utilizado em pesquisas nos municípios onde é distribuído."

José das Graças de Oliveira (Dores do Turvo-MG)

"Agradeço o recebimento do *Jornal do Senado* e manifesto a esperança de que esse veículo seja o embrião de um futuro *Jornal do Congresso Nacional*, leitura obrigatória dos que estiverem conscientes de seus deveres e direitos de cidadania."

Luiz Piragibe (Rio de Janeiro-RJ)

"Sou estudante de Direito da Universidade Católica de Goiás e, para ampliar meus conhecimentos, gostaria de receber regularmente o *Jornal do Senado*. O veículo será de grande utilidade para mim, já que me manterá informado dos trabalhos da Casa e dos projetos dos senadores."

Sérgio de Araújo Lopes (Goiânia-GO)

"Pedimos a inclusão da Escola de Polícia Civil do Paraná no rol de assinantes do *Jornal do Senado*. Além de enriquecer a biblioteca desta escola, o recebimento do jornal permitirá o acompanhamento dos trabalhos do Senado Federal."

Renato Ortolani de Souza (Curitiba-PR)

"Pretendo estudar Direito e vejo no *Jornal do Senado* um excelente veículo para o melhor entendimento do processo legislativo e das questões que interessam à maioria dos brasileiros."

Clara Betti (Brasília-DF)

"Uma boa surpresa essa de encontrar o *Jornal do Senado* como leitura de bordo, quando do meu embarque em Brasília. Parabéns pela iniciativa."

Romualdo Grossi (Porto Alegre-RS)